



Belo Horizonte, 20 de junho de 2016.

**PROCESSO N. P.A nº 122/1992/008/2004**

**ASSUNTO: Diligência da CNR/COPAM referente ao auto de infração nº 033613-4/A**

**Interessado: CONSÓRCIO AHE FUNIL**

Em reunião ocorrida em 09/06/2010, a Câmara Normativa e Recursal do COPAM decidiu baixar o processo nº 122/1992/008/2004 para análise quanto a questão levantada pelo autuado sobre a possibilidade da ocorrência do "*bis in idem*" uma vez que, fora lavrado o auto de infração nº 000526/2004 pela Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM e o auto de infração nº 033613-4/A lavrado pelo IEF.

Inicialmente, cumpre ressaltar que em consonância ao texto constitucional a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, cabendo à União a edição das regras gerais, e, aos Estados e Municípios, a edição de leis que regulamentem, dentro de cada circunscrição, a atividade de fiscalização. Desta forma é indiscutível a legitimidade do IEF para a fiscalização das atividades ligadas ao meio ambiente e consequente aplicação de penalidades em razão do descumprimento das normas ambientais. Seguindo o disposto no art. 32 da Lei 14.181/2002 poderá ser aplicado aos infratores sem prejuízo das penalidades previstas nesta Lei o disposto na Lei Federal nº 9.605/98, desta forma, não há o que se falar sobre a aplicação do auto em nome do órgão federal.

Da análise das alegações apontadas observa-se que, o auto de infração cumpriu todos os requisitos necessários para sua validação, e que as infrações foram devidamente enquadradas pelo agente fiscal. Em que pese a alegação "*bis in idem*" este não se configurou tendo em vista que o IEF e a FEAM possuem competências distintas, sendo que cada órgão tem o condão de fiscalizar a sua área de atuação. Portanto, perfeitamente cabível a aplicação de sanções pelo IEF por infração à Lei da Pesca e pela FEAM, por infração à Lei 7.772/80, nos termos do art. 72, §1º da Lei 9.605/98. Cabe ainda mencionar que uma só conduta subsuma-se a diferentes hipóteses legais, posto que cada uma destas normas tutela diferentes âmbitos da esfera ambiental: fauna, águas, ecossistemas, dentre outras. Embora a situação seja a mesma, o IEF aplicou a infração




Estado de Minas Gerais  
Instituto Estadual de Florestas - IEF  
Núcleo de Autos de Infração - NAI



em decorrência da mortandade de peixes, em plena piracema, já a FEAM em decorrência da poluição e degradação ambiental provocada pela realização da manutenção da turbina da unidade I no dia 25/01/2004.

Com essas considerações observo a não ocorrência do "bis in idem", tampouco, a alegação de que o auto de infração nº 33613-4/A tenha sido lavrado em nome do órgão federal.

  
**Luciene Teixeira de Oliveira**  
**MASP - 1.206.630-4**  
**Coordenadora do NAI - IEF**